



Comunicado de Imprensa n.º 12/272 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
23 de Julho de 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI aprova novo acordo de USD 3,9 milhões ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado para a República Democrática de São Tomé e Príncipe

Em 20 de Julho de 2012, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo acordo trienal para a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), no montante equivalente a DSE 2,59 milhões (cerca de USD 3,9 milhões). A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DSE 0,37 milhões (cerca de USD 0,56 milhões).

O programa das autoridades visa manter a estabilidade macroeconómica e acelerar as reformas estruturais à medida que a economia se prepara para o arranque da produção de petróleo em 2015. O programa, que assenta na nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza do governo, inclui uma agenda de reformas estruturais viradas para o reforço das finanças públicas e dos quadros de política monetária, supervisão bancária e combate ao branqueamento de capitais.

Após as deliberações do Conselho acerca da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, o Sr. Min Zhu, Subdirector-Geral e Presidente Interino do Conselho, fez a seguinte declaração:

“As autoridades de S. Tomé e Príncipe devem ser congratuladas pela sua orientação orçamental prudente em apoio à ancoragem cambial e pelo sucesso em manter o crescimento e reduzir a inflação, tendo como pano de fundo uma conjuntura mundial desafiadora.

Com base nesses desenvolvimentos positivos e na nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza elaborada pelo governo, o programa apoiado pela ECF visa manter a estabilidade económica e acelerar as reformas estruturais à medida que a economia se prepara para o arranque da produção de petróleo em 2015. A assistência técnica do FMI em áreas específicas contribuirá para apoiar a implementação do programa.

O programa prevê uma orientação orçamental cautelosa no médio prazo, tendo em conta os ventos contrários que ainda afligem a economia mundial e o alto risco de sobreendividamento em razão da estreita base exportadora de S. Tomé e Príncipe. Nessas condições, as metas do programa para o défice primário interno estão em linha com o financiamento disponível que não gera dívida, enquanto os gastos prioritários em infra-estruturas e redução da pobreza serão financiados através da mobilização de receitas adicionais.

A agenda de reformas estruturais das autoridades focaliza acertadamente o reforço das finanças públicas e dos quadros de política monetária, supervisão bancária e combate ao branqueamento de capitais. Como parte da sua estratégia de reforma fiscal, o governo tomará medidas para aperfeiçoar as administrações tributária e aduaneira e para continuar a fortalecer a gestão e transparência da administração financeira pública. O BCSTP continuará a reforçar a gestão monetária e a supervisão bancária, nomeadamente ao garantir a solidez do quadro jurídico e regulamentar do sector financeiro e ao concluir, conforme planeado, a fiscalização presencial de todos os bancos comerciais. Para sanar as deficiências do quadro de combate ao branqueamento de capitais, as autoridades estão totalmente empenhadas em alterar a lei de combate ao branqueamento de capitais e reforçar as operações da Unidade de Informação Financeira do Ministério das Finanças”, concluiu o Sr. Zhu.

Anexo

Desenvolvimentos económicos recentes

O desempenho macroeconómico de São Tomé e Príncipe tem sido bom a despeito do difícil ambiente internacional:

- Estima-se um crescimento de 5% em 2011.
- Com o apoio da ancoragem cambial, a inflação continuou em trajectória descendente, caindo para 8,6% (taxa homóloga) em Maio de 2012 (em comparação com o cume de 37% registado em Julho de 2008).
- O governo obteve mais avanços na consolidação fiscal. As medidas tomadas para conter os gastos não prioritários e melhorar a arrecadação de receitas contribuíram para reduzir o défice primário interno para cerca de 3% do PIB em 2011.
- As reservas internacionais brutas continuaram praticamente inalteradas em 2011, no patamar aproximado de 4½ meses de importações, e houve uma ligeira melhoria no défice da conta corrente externa. O impacto do aumento dos preços internacionais dos combustíveis sobre a balança comercial foi atenuado pela desaceleração do crescimento das importações em decorrência da conclusão de alguns projectos de investimento e pelo abrandamento da expansão do crédito.
- O BCSTP continuou a fazer avanços no reforço do sector financeiro. A rentabilidade dos bancos e os seus rácios entre o capital e os activos ponderados pelo risco melhoraram em 2011. Contudo, a parcela de empréstimos improdutivos em relação ao total de empréstimos deteriorou no primeiro trimestre de 2012 como resultado de atrasos nos pagamentos a empreiteiros de grandes projectos de construção.

Resumo do programa

O programa económico de médio prazo do governo, apoiado pela ECF, assenta na nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. O seu objectivo é aumentar o crescimento económico e reduzir a pobreza, ao manter a estabilidade macroeconómica e acelerar as reformas estruturais.

Os objectivos específicos do programa do governo são:

- Elevar a taxa de crescimento real do PIB não petrolífero para cerca de 6% ao ano.
- Reduzir a inflação para um dígito e mantê-la, na generalidade, em linha com a inflação internacional.

- Em apoio à ancoragem cambial, manter uma cobertura de reservas internacionais brutas equivalente a no mínimo três meses de importações.

Para ajudar a cumprir estes objectivos, o programa assenta em quatro pilares, nomeadamente:

- A política orçamental terá como meta um défice primário interno de cerca de 3% do PIB, que está em linha com o financiamento disponível que não gera dívida.
- O programa de reformas estruturais na área fiscal concentrar-se-á na mobilização de receitas internas para gastos prioritários em infra-estruturas e na redução da pobreza, através da melhoria das administrações tributária e aduaneira e do reforço da gestão e transparência da administração financeira pública.
- O BCSTP continuará a reforçar a gestão monetária e manter a estabilidade financeira, ao aperfeiçoar as projecções de liquidez e a supervisão bancária.
- O quadro de combate ao branqueamento de capitais será melhorado com o reforço da sua base jurídica e das operações da Unidade de Informação Financeira do Ministério das Finanças.